



Reforma agrária popular do MST: avanços e limitações da proposta agroecológica no PA Abril Vermelho, em Santa Bárbara-PA

Luiz Felipe Nazaré Vilhena¹

Laura Angélica Ferreira²

RESUMO: O início do século XXI é marcado pelo avanço do agronegócio nas áreas rurais, levando o MST a reavaliar sua forma de enfrentamento. Neste contexto, o movimento lança uma nova proposta de luta camponesa, intitulada: “Reforma Agrária Popular”, a qual é ancorada em princípios da agroecologia. A mesma se contrapõe ao modelo vigente do agronegócio, o qual é baseado essencialmente na exploração do monocultivo em extensas áreas, altamente dependente de insumos externos, apresentando e defendendo um modelo de agricultura: diversificada, sustentada em bases ecológicas, voltada para a produção de alimentos saudáveis e a conquista da soberania alimentar. Este trabalho objetiva analisar como a “Reforma Agrária Popular” está sendo aplicada no PA Abril Vermelho, em Santa Bárbara-PA, identificando seus avanços e limitações. Foram utilizadas as técnicas de pesquisa: documentação indireta; observação participante; análise histórica; caracterização das práticas produtivas; entrevistas semiestruturadas, caminhada transversal (nos lotes); e registros fotográficos. Como resultados, apontamos que a proposta agroecológica do MST tem proporcionado aos assentados do PA Abril Vermelho uma produção diversificada, orgânica, ecológica, gerando alimentação saudável e renda. Em contrapartida, encontra limitações como: desgaste da terra; falta de mão de obra; limitações físicas dos próprios assentados; e falta de apoio das gestões públicas locais, sendo, contudo, um modelo de produção que tem sido capaz de fortalecer suas autonomias produtivas.

PALAVRAS-CHAVE: Camponato. Agroecologia. Soberania Alimentar.

POPULAR AGRARIAN REFORM OF THE MST: ADVANCES AND LIMITATIONS OF THE AGROECOLOGICAL PROPOSAL IN PA ABRIL VERMELHO, AT SANTA BARBARA-PA

ABSTRACT: The beginning of the 21st century is marked by the advance of agribusiness in rural areas, directing MST to re-evaluate its confrontation ways. In this context, the movement presents a new proposal of peasant struggle, entitle: “Popular Agrarian Reform”, which is anchored in principles of agroecology. It opposes the current agribusiness model, which is based essentially on the exploration of monoculture in extensive areas, highly dependent on external inputs, presenting and defending a model of agriculture: diversified, sustained on ecological bases, focused on healthy food production and the achievement of food sovereignty. This paper aims to analyze how “Popular Agrarian Reform” is being applied in PA Abril Vermelho, at Santa Barbara-PA, identifying its advances and limitations. The research techniques used were: indirect documentation; participant observation; historical analysis; characterization of productive practices; semi-structured interviews; cross-walks (in the lots); and photographic records. As a result, we indicate that the agro-ecological proposal of the

¹ Professor de Sociologia da rede pública do Estado do Pará. Graduado em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia pela Universidade Federal do Pará; Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará. E-mail: felipe_vilhena17@hotmail.com

² Docente-pesquisadora do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares INEAF/UFPA desde 1997. Doutorado em Développement Rural et Système d'Élevage, pelo Institut National d'Agronomie Paris-Grignon, França (2001). E-mail: laura-angelicaferr@hotmail.com

MST has provided to the settlers of PA Abril Vermelho a production: diversified, organic, ecological, generating healthy food and income. On the other hand, it faces limitations such as: soil outworn; lack of labor; physical limitations of the settlers; and lack of support from local public administrations, however, it is a production model that has been able to strengthen its productive autonomies.

KEYWORDS: Peasantry. Agroecology. Food Sovereignty.

INTRODUÇÃO

No final da década de 90 e início do século XXI se intensificam os investimentos no modelo capitalista de agricultura, chamado de agronegócio. Neste, o Estado, juntamente com capitalistas latifundiários, empresas nacionais e multinacionais, organizam a produção agrícola através de monocultivos em larga escala, utilizando intensivamente maquinários, fertilizantes químicos, agrotóxicos, para garantir a produção. Entretanto, se por um lado a indústria química assegura menor perda produtiva a partir do controle da fertilidade do solo e de pragas e doenças que possam afetar o cultivo, por outro acarretam consequências importantes no meio natural, como a diminuição dos microrganismos do solo, importantes no processo de fertilização natural, contaminam lençóis freáticos e o mais importante, fornece aos consumidores produtos contaminados com os agrotóxicos utilizados, prejudicando a saúde de quem os consome. Além disso, o modelo é excludente, privilegiando àqueles que possuem capital para praticá-lo, expulsando o campesinato do campo, aumentando a concentração de fundiária, promovendo uma expansão agrícola sem reforma agrária social (NASRALA NETO, et al., 2014; ARAÚJO; OLIVEIRA, 2017).

Diante do cenário de avanço do agronegócio sobre a agricultura, o MST percebeu que era necessário aprimorar os seus modelos de assentamento, antes centrados apenas na questão do trabalho e produção, relegando outros aspectos da vida (BORSATTO; CARMO, 2013). Era necessário construir uma “nova organicidade” que ampliasse a participação dos próprios militantes, assentados ou acampados na estrutura organizativa do movimento (BERNAT, 2012). Neste momento, há uma aproximação do MST e a agroecologia, definindo em seu IV Congresso Nacional, no ano de 2000, ações de fomento à agroecologia em assentamentos rurais. É nessa fase que o agricultor e seu conhecimento ganham mais destaque nas ações do movimento, sendo agora sujeito criador da sua própria existência, e a terra passa a ganhar aspecto não apenas social (e político, acrescentamos), mas também ambiental (BORSATTO; CARMO, 2013).

Durante as duas primeiras décadas do século XXI, a agroecologia se difundiu

dentro do movimento consolidando-se a partir do discurso de soberania alimentar e luta contra o agronegócio, aproximando o movimento de seus agentes e suas demandas, propagando ideias que sempre estiveram de acordo com o modo de produção camponês. Não é a toa que se consolida como caminho para a reforma agrária no V Congresso Nacional do MST realizado em 2007, compondo sua nova proposta denominada “Reforma Agrária Popular” (BORSATTO; CARMO, 2013).

Dentre as principais propostas deste novo modelo de reforma agrária, estão: o rompimento com a monocultura e a promoção de uma agricultura diversificada; produção sustentada em bases agroecológicas, livres de agrotóxicos e transgênicos; e produção de alimentos saudáveis, preservando a saúde do camponês e do consumidor. Suas principais diretrizes são: formação agroecológica; intercâmbio de experiências entre os camponeses; desenvolvimento de tecnologias adequadas aos agroecossistemas; infraestrutura para o manejo; criação de sistemas florestais e preservação de coberturas nativas; e maquinários e equipamentos adequados à produção camponesa (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2013).

No Pará, experiências agroecológicas já vinham sendo realizadas pelos integrantes do MST, em diferentes localidades. Na região da ilha de Mosqueiro (distrito de Belém), onde está localizado o Lote Agroecológico de Produção Orgânica – LAPO (2005), o qual faz parte do Assentamento Mártires de Abril, criado em 1999, na área da antiga fazenda TABA. No município de Castanhal (PA) a experiência é a do Sistema Agroecológico de Produção Orgânica – SAPO (desde 2007) o qual pertence ao assentamento João Batista II; e por fim tem o Instituto de Agroecologia Latino Americano Amazônico, conhecido por “IALA Amazônico” (2009), no Assentamento Palmares II, em Parauapebas-PA.

Estas experiências funcionam como área referência de produção agroecológica, local onde se realiza pesquisa, experimentos, construção e diálogos com as famílias em torno de atividades produtivas agroecológicas. Mas em todos os assentamentos há famílias replicando ou desenvolvendo igualmente uma produção agroecológica, a partir desta construção do MST, como é o caso de algumas experiências como as das famílias do PA Abril Vermelho, em Santa Bárbara-PA, lócus de pesquisa deste trabalho.

O PA Abril Vermelho está localizado na área que pertenceu à empresa DENPASA S.A, que por quase 30 anos cultivou dendê em uma extensão de quase 10 mil hectares de terra. Porém, uma doença chamada Amarelecimento Fatal (AF) ocasionou grandes perdas produtivas para a empresa, desencadeando um processo de falência da mesma no ano de 2001. Em abril de 2004, durante uma marcha do MST, esta área

é então ocupada e reivindicada para fins da reforma agrária (SILVA, et al. 2016).

De acordo com um dos assentados do Abril Vermelho, participante desta pesquisa, e uma das principais lideranças do MST, há aproximadamente 600 famílias presentes no PA Abril Vermelho. Este assentamento reflete uma realidade propícia ao desenvolvimento deste trabalho, por ser um espaço onde a proposta de produção agroecológica está sendo colocada em prática por algumas famílias. Este artigo busca responder a seguinte pergunta: quais os avanços e limites da proposta de produção agroecológica da Reforma Agrária Popular do MST no assentamento PA Abril Vermelho?

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho possui uma abordagem interdisciplinar e qualitativa, englobando elementos teóricos e metodológicos das Ciências Sociais e Agrárias, tendo como foco as dimensões sociais e produtivas. Foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa: documentação indireta; a observação participante; análise histórica, caracterização das práticas produtivas; e algumas ferramentas da metodologia de Diagnósticos Rurais Participativos como: entrevistas semiestruturadas, caminhada transversal (nos lotes), e registros fotográficos.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A primeira etapa metodológica foi a pesquisa documental. Como o PA Abril Vermelho tem um histórico extremamente escasso de estudos e produções a seu respeito, esta pesquisa partiu de um primeiro diagnóstico agro-sócio-ambiental sobre o assentamento realizado por Pires et al. (2015), e também se apoiou no trabalho de Lima et al. (2015), o qual tratou do fechamento da escola Paulo Freire no assentamento.

A segunda etapa iniciou com a observação participante (pesquisa de campo) que teve em vista, primeiramente, compreender a forma que esta proposta agroecológica do MST, em nível nacional, está sendo entendida e orientada em nível local. Nesta etapa foi feita uma visita ao Sistema Agroecológico de Produção Orgânica – SAPO, em junho de 2017, onde fizemos uma entrevista semiestruturada com dois militantes do setor de produção do MST, a chamada regional cabanos³.

A terceira etapa desta pesquisa ocorreu também em junho de 2017 e consistiu na segunda pesquisa de campo. Foram selecionados 10 assentados que fizeram ou ainda fazem parte do MST e/ou que produzam com base na proposta produtiva do MST. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e caminhadas transversais

³ Nomenclatura designada à região do Nordeste Paraense e em homenagem a cabanagem.

em seus lotes, análise histórica, caracterização das práticas produtivas e registros fotográficos. Os nomes dos participantes da pesquisa foram reduzidos em códigos para preservar seus anonimatos.

Quadro 1 – Entrevistados da pesquisa.

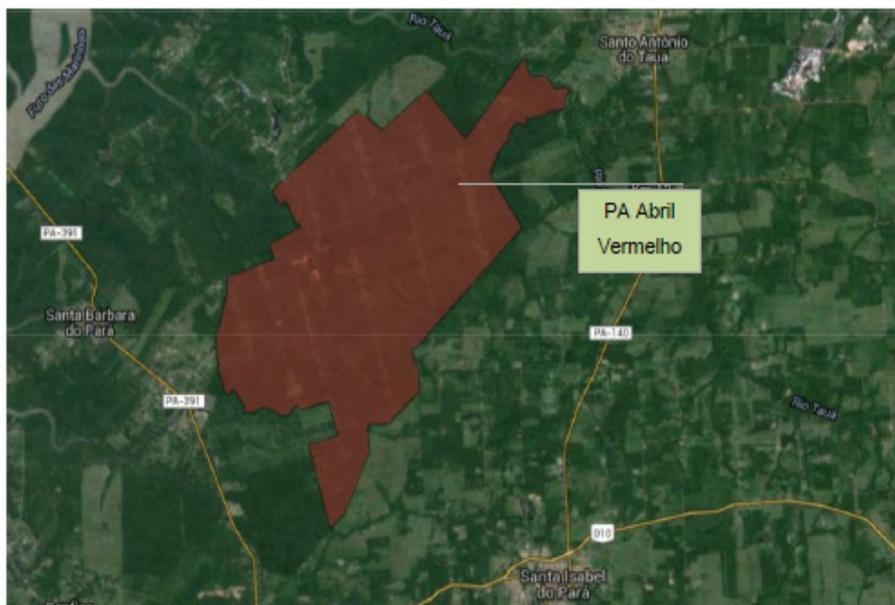
Assentamento	Polo/LOTE	Código
João Batista II	SAPO	SBSA
PA Abril Vermelho	POLO 1	MAP1
	POLO 1	NEP1
	POLO 2	MIP2
	POLO 2	MBP2
	POLO 2	COP2
	POLO 3	DAP3
	POLO 3	CHP3
	POLO 3	FIP3
	POLO 4	ANP4
	POLO 4	ECP4

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

A quarta e última etapa consistiu em organizar os dados e as informações e levantadas em campo com os assentados, realizando uma análise qualitativa dos mesmos, identificando a forma como esta proposta de produção agroecológica está acontecendo, e quais foram os seus avanços e limitações. A amostragem desse trabalho foi dirigida para compreendermos como esta proposta agroecológica estava se desenvolvendo dentro de seu próprio núcleo de camponeses que residem no assentamento analisado.

ÁREA DE ESTUDO

O Projeto de Assentamento Abril Vermelho localiza-se no município de Santa Bárbara-PA, região metropolitana de Belém, localizado a 45 km da capital, na área da antiga fazenda Paricatuba, que pertencia à empresa DENPASA S.A., produtora de óleo de palma do dendê (*Elaeis guineenses*) inaugurada em 1976. Este assentamento comporta uma área de 6.803,1493 ha, organizados e geridos pelos próprios assentados, que o dividiram em quatro polos de moradias (PIRES et al., 2015; GOMES et al., 2013).

Figura 1- Área do assentamento Abril Vermelho.

Fonte: INCRA, adaptado por PIRES et al. (2015).

Em fevereiro de 2001 a crise dos dendezais da DENPASA se intensificou. A doença do amarelecimento fatal (AF) estava se disseminando por toda plantação, e naquele mesmo mês foi encerrada a atividade da usina de processamento da empresa. Até que em 16 de abril de 2004 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST realizaram a ocupação da fazenda da DENPASA.

O processo de conquista do PA Abril Vermelho não foi uma tarefa fácil para o MST. A dimensão extensa da área (quase 50 km²), o número elevado de famílias divididas entre três acampamentos distintos, e o embate com a DENPASA que ainda planejava replantar seus dendês, requereu um alto nível de organização, o comprometimento dos militantes envolvidos na organização e dos que depositaram nessa ocupação a chance de conquistar uma terra para viverem.

Em 13 de Abril de 2004, cerca de 800 famílias oriundas da região metropolitana de Belém e dos acampamentos Roseli Nunes (Castanhal), Rosa Luxemburgo (São Francisco do Pará), e Isa Cunha (Santa Izabel do Pará), se juntaram aos integrantes do MST que vinham em marcha de Castanhal. Inicialmente o objetivo era chegar a Capital Belém, porém ao chegarem a Santa Izabel, resolveram (sem contar às autoridades que acompanhavam a marcha) acampar no ginásio do município para descansarem. No dia 15 houve a decisão de não prosseguir para Belém, e sim acampar no latifúndio improdutivo da DENPASA, o qual ficava a 18 km dali, em

Santa Bárbara (LIMA; LOPES, 2015).

Os relatos dos primeiros anos de ocupação são de extremas dificuldades, mas de muito esforço coletivo. Tudo que era produzido no acampamento era de todos, bem como os salários de acampados que iam para as cidades prestarem serviços. ANP4 relembra este período:

Nós passamos dois anos acampados. Era barraco de lona. Trabalhando no coletivo. O legal de tudo era que a panela era uma só. A unidade era tão boa que a gente conseguia fazer comida só numa panela pra 60 pessoas num grupo, e a gente conseguia. Depois passamos de grupo para núcleo com 10 famílias, para a gente poder ter um controle pra ir pros lotes, por núcleo. (Pesquisa de campo, 2017).

Foram dois anos acampados até o MST realizar a divisão dos lotes em 2006 (por sorteio para evitar favorecimentos). Após vários debates e reuniões entre as famílias, criou-se uma coordenação para representar os núcleos familiares, com 39 componentes/coordenadores, e cada núcleo representava 10 famílias. Os coordenadores definiram o tamanho dos lotes, sua identificação e a criação de quatro polos de moradia. Grupos de trabalho foram organizados para se realizar os “cortes de terra”, e a distribuição das famílias em suas respectivas áreas. A distribuição de terras teve início mesmo sem a desapropriação ter sido oficializada pelo INCRA (PIRES et. al., 2015).

CHP3 afirma que a divisão por polos ocorreu da seguinte maneira: o Polo 1 e o Polo 4 foram ocupados pelos acampados do Roseli Nunes e o Polo 3 pelo Isa Cunha. O Polo 2 foram acampados pelo Rosa Luxemburgo (e alguns remanescentes de outro acampamento chamado Regiane Guimarães, que na época se integraram ao Rosa Luxemburgo).

Foram assentadas 393 famílias através de um mandato de emissão de posse concedida pelo Poder Judiciário Federal no dia 28 de novembro de 2008. A oficialização enquanto Projeto de Assentamento viria apenas em 2009, pelo INCRA, com um perímetro de 49.916,80m² com sete Módulos Fiscais do Município. A fração mínima de parcelamento foi de 2,00 ha e máxima de 20 ha. A DENPASA ainda conta com cerca de 2 mil hectares plantados com dendê, em fronteira com a área do assentamento, como demonstra a figura 2, abaixo (PIRES, et al., 2015; GOMES et al. 2013):

Figura 2 - Fronteira da DEPASA S.A. (à direita) com o PA Abril Vermelho (à esquerda).



Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

De acordo com Inaldo de Lima e Valéria Lopes (2015) a maioria das famílias assentadas são do nordeste paraense, com uma porcentagem menor sendo de outros estados do Brasil. Alguns já tinham experiência com agricultura, outros apenas eram filhos de agricultores, e alguns não tinham qualquer experiência de trabalho com a terra, o que torna ainda mais interessante compreendermos as estratégias produtivas utilizadas por seus assentados nessa área, sobretudo a forma como a proposta de reforma agrária popular de base tecnológica agroecológica do MST tem sido implementada. Sobre isso, FIP3 adianta:

Projeto popular que a nossa cabeça tá bem firme. O nosso projeto popular pro campo é a agroecologia, é a reforma agrária agroecológica em contraposição a reforma agrária mercadológica, monocultivista, produtivista, enfim, esses “istas” que não presta! [...] Ainda é incipiente essas organizações que a gente tá criando por aqui? É! É meio incipiente. Ainda é amadora do ponto de vista prático? Acho que tá bastante ainda. Ainda é uma experiência pequena? Acho que ainda é pequeno. Mas diante do que a gente não tínhamos outra alternativa – aí que é a grandeza do negócio – a gente conseguiu dar um salto de qualidade! (Pesquisa de campo, 2017).

Antes da chegada do movimento, nesta área havia uma grande concentração de vegetação de dendê, paricá, puerária e capoeirão. Onze anos após a ocupação,

registrou-se uma grande diversidade vegetal, resultado da ação do MST, fazendo oposição ao modelo produtivista capitalista (PIRES, et. al., 2015). Até hoje os assentados relatam tentativas de grupos econômicos externos de adentrarem o assentamento com propostas de produção consorciada, e até mesmo para voltarem a produzir dendê.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O SAPO COMO LABORATÓRIO DE PRÁTICAS E ESPAÇO DE FORMAÇÃO

O Sistema Agroecológico de Produção Orgânica – SAPO é um agroecossistema familiar de 8,5 ha que está localizado no assentamento João Batista II, no Município de Castanhal-PA. Este espaço foi pensado primeiramente para fazer parte dos Coletivos de Resistências Camponesas – CRC do MST, em 2007, iniciativa autônoma da organização local do movimento, que buscava desenvolver experiências agroecológicas ligadas a um projeto político de transformação social (CRUZ et al., 2016).

Figura 3 - FIP3 e seu SBSA na entrada do SAPO.



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Desde sua criação, este espaço vem sendo mantido por seu SBSA, e sua esposa, que tem conseguido reverter as consequências do antigo plantio de pasto que havia nesta área. Este espaço é de moradia e de produção do casal, mas também é utilizado pelo MST para reuniões do Setor de Produção, planejamento, laboratório

de práticas agroecológicas, e cursos de formação política ou produtiva, sendo, portanto, uma área de referência do movimento.

Espaços como o SAPO, são tidos por seus militantes como espaços de resistência campesina frente à hegemonia do modelo produtivista do agronegócio, mas também refletem a historicidade das relações socioeconômicas desiguais da agricultura brasileira que manteve mesmo após o fim do período colonial, suas estruturas desiguais entre as grandes propriedades monocultoras empregando mão de obra escravizada e os pequenos agricultores camponeses que ocupavam terras de formas distintas realizando estratégias de resistência. Esses espaços possibilitaram a criação da agricultura de base familiar e comunitária (WANDERLEY, 2014).

O campesinato corresponde a uma forma social de produção fundamentada no caráter familiar de seus objetivos enquanto atividade produtiva (as necessidades da família) e quanto ao modo de organização do seu trabalho, que pressupõe a cooperação entre seus membros. Elas são mais do que uma forma de produzir e que correspondem ao seu modo de vida e à sua cultura (WANDERLEY, 2014). Diferentemente de quem previu seu desaparecimento ou transformação, o camponês apresenta características que nos levam a conceber que não só continua presente atualmente na sociedade como representa uma alternativa ao modelo produtivista capitalista de mercado (BOSETTI, 2012).

É na agroecologia que movimentos campesinos como o MST têm encontrado princípios e fundamentos para se enfrentar os avanços do agronegócio, pois a prática agroecológica tem sido construída como possibilidade de uma real sustentabilidade para o meio rural, dispondo de bases tecnocientíficas e estratégias de desenvolvimento compatíveis com a realidade camponesa, objetivando a permanência das famílias no campo, o manejo sustentável dos solos, a conservação de recursos naturais, a valorização dos saberes locais e a autonomia do agricultor (SANTOS, et al., 2014). Autonomia esta, que sob a ótica da agroecologia, está pautada na possibilidade de produzirem o que precisam; da forma que desejam e com os recursos que escolherem, visando ser o mais independente possível (FACCO, 2015).

A agroecologia nasce das críticas ao atual modelo de desenvolvimento dominante expresso na ideia de progresso pelo crescimento econômico do Produto Interno Bruto (PIB)⁴, para que se construa um novo modelo com propósitos de solidariedade, bem estar comum, respeito e generosidade, expressados em modelos ambientais de justiça social e equidade (SICARD, 2009).

Para Sicard (2009, p. 9) *“La Agroecología se puede definir como la ciencia que estudia la estructura y función de los agroecosistemas tanto desde el punto de vista*

⁴ Os movimentos ambientalistas apontam que essa ideia de desenvolvimento é recente na história humana, e a acumulação de capital, nem sempre foi o norte dos povos da terra (SICARD, 2009).

de sus relaciones ecológicas como culturales”, portanto, seu objeto de estudo são os agroecossistemas⁵, entendidos por ele como conjunto de interações que ocorrem entre: solo, plantas cultivadas e espécies nativas, organismos com distintos níveis tróficos em determinados espaços geográficos, com enfoque em seu fluxo energético e de informação, seus ciclos materiais e suas relações sociais, econômicas e políticas, expressadas nas diferentes formas tecnológicas de se realizar o manejo dentro de contextos culturais específicos.

Seu SBSA relata que a agroecologia foi ganhando espaço no MST a partir do acúmulo de experiências produtivas realizadas pela militância. **Para** ele, a agroecologia transcende as questões produtivas, ela também corresponde às questões educacionais e de luta contra a exploração da mão de obra. Ela diz respeito à vida e ao meio ambiente.

FIP3 também afirma que o encontro do MST com a agroecologia passa por uma percepção de que não adiantaria reproduzir modelos de produção agrícolas convencionais e nem apenas democratizar o acesso a terra. É necessário produzir comidas saudáveis, de forma diversificada, manter a terra na mão do camponês:

Já existem experiências maravilhosas para se enaltecer e para se buscar implementar um sistema agroecológico completo. Inclusive essa é a expressão clássica do último congresso nacional que caracteriza bem o que é a reforma agrária popular: sendo essa de produção limpa, sem veneno, de matriz tecnológica palpável para o camponês, que não tá embasado na grande indústria química europeia, norte americana, mas na técnica cultural dos nossos ancestrais camponeses. A produção diversificada é da característica do camponês. É da sua natureza local, regional, cultural. É disso que devemos nos apropriar com firmeza e buscar melhoramento técnico para a produção (Pesquisa de campo, 2017).

A agroecologia apesar de se apresentar como uma ciência nova ou em **construção** dá suporte aos camponeses para realizarem um resgate da ancestralidade de suas práticas agrícolas tradicionais, tal qual FIP3 afirmou acima, assentando-se em uma ética que lida com a incerteza e a complexidade da natureza, se voltando para os sujeitos que trabalham na terra e dela tiram seu sustento (FACCO, 2015). Por isso, tanto o resgate do conhecimento tradicional quanto a sua construção pelo viés agroecológico, representam um aprendizado para o próprio agricultor tornando-o mais capacitado para enfrentar os desafios que forem surgindo, além de possibilitar mudanças nas relações de poder, nos quais estão inseridos (FONTOURA; NAVES, 2016).

⁵ Entende-se, portanto, que os agroecossistemas não estão limitados às fronteiras de um sistema produtivo, posto que influenciam e são influenciados por fatores culturais medidos por processos de decisões intangíveis, provenientes tanto do agricultor quanto de outros atores, sejam eles, individuais ou institucionais (SICARD, 2009).

Além de promover o acesso a terra, alimentos saudáveis, resgatar a ancestralidade das práticas agrícolas tradicionais e manter a terra nas mãos dos camponeses, é preciso trabalhar sua consciência, como bem aponta SBSA:

nós ainda temos uma cultura de continuar a reproduzir as práticas do monocultivo, através do agrotóxico, da aração indevida etc. O MST, tanto a nível nacional, quanto regional, tem se preocupado com essa formação consciente. Mesmo assim leva tempo até se consolidar essa consciência voltada para os princípios agroecológicos de sustentabilidade. Cada caso é um caso e cada indivíduo também (Pesquisa de campo, 2017).

O processo de conscientização está diretamente ligado à questão da prática e é por isso que o SAPO tem um papel importante ao ser um espaço onde o camponês pode enxergar a possibilidade de se trabalhar de forma ecológica, sem reproduzir a matriz tecnológica do agronegócio. Por isso, FIP3 afirma que:

é essa matriz tecnológica diferenciada, que não é só depender dos maquinários (caros) das grandes indústrias, mas com as ferramentas que a gente tem, com o conhecimento que temos, os camponeses donos do conhecimento que tem, e aos poucos se apoderando e acumulando cada vez mais das sementes, que é o grande debate (Pesquisa de campo, 2017).

FIP3 considera que o controle e a troca das sementes, a sua circulação viva nas áreas assentadas ou ocupadas possibilita a independência produtiva do camponês, ou seja, sua autonomia. O saber do camponês, complementado pela posse das sementes são as duas concepções principais de avanço na consciência do indivíduo, para fazê-lo produzir de forma ecológica, como afirma SBSA:

Sem essas duas concepções dificilmente você avança. Até porque o agronegócio quer que a gente se desfaça desse bem sublime ao camponês, que é justamente o controle das sementes, para ficar mais inviabilizado de se progredir nessa transição da agricultura. Por isso que pra nós é imprescindível você olhar essa questão prática do lote. Porque se não, você não consegue fazer com que essa compreensão chegue (ao camponês) (Pesquisa de campo, 2017).

A percepção de FIP3, sobre as sementes serem um grande debate, não é em vão. O mercado de sementes tem gerado diferentes demandas, fruto de distintas relações de poder e estratégias de ação por parte do Estado brasileiro, que nas duas últimas décadas têm aberto espaço para, de um lado, a atuação das indústrias das sementes

transgênicas, oriundas de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e nem sempre obedecendo às regulamentações sobre seu uso, e de outro fomenta políticas de incentivos às estratégias agroecológicas e discursos de combate à pobreza no campo e alimentação saudável⁶ (PAULINO; GOMES, 2015).

As sementes transgênicas possuem tecnologias de segurança que garantem sua patente, a remuneração pelo seu uso, a garantia da qualidade via órgãos fiscalizadores, e a proteção da propriedade intelectual, enquanto que as sementes tradicionais (ou crioulas) assumem um papel de ferramentas de embate a este controle institucionalizado das sementes “melhoradas”. Na visão desses agricultores ecológicos, esse melhoramento genético é apenas um meio de se gerar royalties em cima do ser vivo, em regimes de proteção a propriedade intelectual, ao passo que para os agricultores, as variedades de cultivos e o conhecimento do camponês são considerados de livre acesso (PAULINO; GOMES, 2015).

Além das sementes e da conscientização, seu SBSA e FIP3 também afirmam que não há apenas uma forma de se ocupar produtivamente uma área com histórico de monocultivo. O tamanho e a diversidade do território paraense não permitem a definição de um modelo único de realizar os cultivos, logo não há uma só forma agroecológica de produzir. Para eles deve-se estudar a cultura de cada região e seu histórico de plantio sendo um processo lento que requer muito trabalho para as famílias. Apesar de não haver um modelo, há princípios que caracterizam as diferentes práticas de cultivo e criação desenvolvidos pelas famílias.

Quadro 2 – Características da Reforma Agrária Popular de base agroecológica para a Regional Cabanos.

ECOLÓGICA:	Busca o reequilíbrio biológico do agroecossistemas; não utiliza insumos que agridem o ambiente, como agrotóxicos que contaminam solo e lençol freático;
DIVERSIFICADA:	Produção ancorada em diferentes cultivos e criações;
POLÍTICA:	Contraposição de um modelo hegemônico de produção (agronegócio); superação de um modo de produção (capitalista);
COLETIVA:	Troca de experiências produtivas no cotidiano; controle das sementes; independência produtiva;
IDEOLÓGICA:	Trabalha a consciência do indivíduo para não reproduzir mais os atuais modelos produtivos hegemônicos.

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

⁶ Como ocorreu em 2003 quando a agroecologia passou a fazer parte das Ações de Assistência Técnica de Extensão Rural (Ater), serviço este prestado pela Secretaria de Agricultura Familiar do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (GOMES; PAULINO, 2015).

No momento da pesquisa também havia um projeto de um viveiro de mudas a ser implementado com o Ideflor-Bio. FIP3 descreve as estratégias para superação dos modelos convencionais aplicadas tanto no SAPO quanto no PA Abril Vermelho:

Primeiro a gente garante aquelas culturas de subsistências, que é muito do camponês: a questão da diversidade com as sementes de feijão, a mandioca, as macaxeira, que são os pratos alimentares básicos. Depois se implementam as culturas de nível médio, e posteriormente as de longo prazo, e assim segue consolidando. Geralmente é assim que ocorre nos assentamentos, com produções coletivas, diversificadas a curto-prazo (Pesquisa de campo, 2017).

Para o Setor de Produção do MST-Pará, mais precisamente a Regional Cabanos, a Reforma Agrária Popular tem se constituído na prática como um processo político-ideológico de conscientização do camponês, da prática da produção coletiva, com controle e circulação de sementes nas mãos do agricultor, que possibilita a superação dos modelos produtivos convencionais através de um plantio diversificado. Com isso, a agroecologia tem papel fundamental por não servir apenas de proposições técnicas a serem adotadas pelo agricultor, mas também política, ao afetar e questionar a atual lógica produtiva e hegemônica de poder no meio rural (SANTOS, et al., 2014).

PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO PA ABRIL VERMELHO: AVANÇOS E LIMITAÇÕES

O PA Abril Vermelho possui uma extensão de quase 50 km². Os polos apresentam realidades distintas: os polos 1 e 4, que são mais próximos do centro urbano de Santa Bárbara, são mais afetados pelos problemas como violência, assaltos, drogas etc.; os polos 2 e 3 por sua vez estão localizados nas áreas mais afetadas pela dendeicultura.

Nos primeiros anos no lote, os assentados entrevistados plantaram principalmente culturas da chamada lavoura branca: arroz (*Oryza sativa*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), milho (*Zea mays*) etc., que lhes permitiam suprir sua alimentação de modo mais rápido. Alguns assentados como FIP3, ECP4, NEP1 e COP2, tiveram a oportunidade de começar seus plantios não só com lavoura branca, mas também com culturas permanentes como açaí, pupunha (*Bactris gasipaes*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), todas as espécies regionais, e outras. COP2, do Polo 2, relata como fez para sobreviver aos primeiros anos no lote:

Eu tinha uma caçamba, trabalhava com uma caçamba caminhão também, aí eu digo “e então vamos investir logo”. Aí derrubei logo, comecei a fazer roça.

Aí fiquei pensando: “como é que eu vou sobreviver?”. Aí plantei macaxeira (*Manihot esculenta crantz*). E dentro da macaxeira, comecei a plantar açaí e uns pés cupuaçu no meio. Aí eu vendia a macaxeira, levava pra Santa Izabel de bicicleta. Botava num saco e ia pra Santa Izabel, gastava uma hora e meia daqui pra levar a macaxeira pra vender. Tinha umas mulheres que faziam lanche de bolo de macaxeira, faziam coxinha aí eu vendia pra elas, e elas faziam bolo de macaxeira e a coxinha (Pesquisa de campo, 2017).

Os assentados que não puderam começar com um plantio consorciado, por opção ou falta de sementes, passaram a realizar nos anos seguintes, na medida em que foram colhendo as lavouras brancas, realizando uma transição da área, para que futuramente fosse ocupada com culturas permanentes. Isso fez com que eles pudessem diversificar sua produção no lote, garantindo também uma qualificação no seu potencial alimentar e financeiro.

Figura 4 - Bananal de DAP3 adubado com casca de mandioca e esterco de galinha.



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Seu DAP3 é um dos que mais diversifica com plantio consorciado de: banana (*Musa*), cupuaçu e café; além de pupunha, pimenta malagueta (*Capsicum frutescens* ‘*Malagueta*’), área com maniva, com casa de farinha, outra área com muruci (*Byrsonima crassifolia*), laranja enxertada (*Citrus X sinensis*), bacaba (*Oenocarpus bacaba*), andiroba (*Carapa guianensis*). Possui 12 tarefas de açaí e 5 pés de bacaba

e recentemente plantou 600 pés de cupuaçu, além de criar galinhas.

Para diversificar a produção é importante tomar posse das sementes vivas e circulá-las nas mãos dos camponeses. No PA Abril Vermelho a circulação das sementes ocorria por meio de vendas, trocas, doações entre os assentados, participação em cursos ou projetos, ou até mesmo após se alimentarem da fruta. No Polo 4, ANP4 acaba sendo um exemplo claro dessa importância. Ela possui sementes de cupuaçu que não eram afetados pela doença vassoura de bruxa e disponibilizou suas mudas para os assentados.

Figura 5 - Mudas de cupuaçu de ANP4, que não são afetadas por vassoura de bruxa.



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Nos lotes visitados podemos constatar que todos realizam estocagem de sementes, tanto para garantir futuras produções, quanto para doação ou venda das mesmas, para outros assentados. Fortalecendo suas autonomias produtivas.

Podemos ver como as sementes não são apenas gérmenes naturais, mas ferramentas que fortalecem agricultores frente às pressões mercadológicas capitalistas e uma sociedade englobante. As sementes acabam por tornarem-se objetos não humanos e ao mesmo tempo atores sociais em determinados espaços, sendo ativos de lutas simbólicas em defesa dos agricultores, frente ao domínio das empresas detentoras das sementes transgênicas (PAULINO; GOMES, 2015).

Em todos os lotes pesquisados, foi observado plantios sem químicos (com poucas

exceções, como veremos mais a frente). No Polo 2, dona MBP2 afirma plantar na linha agroecológica do MST há 5 anos, buscando uma qualidade de vida através de alimentos limpos, assim como a preservação ambiental do seu lote:

Porque a terra não fica segura para as plantações e faz mal pra gente mesmo. Comer aquela fruta daquela terra que foi botado veneno. A gente corre o risco de intoxicação. Sempre pra gente quanto pros bichos também (Pesquisa de campo, 2017).

Essa orientação acontecia desde a época de acampamento, quando todas as famílias ocupavam o mesmo espaço, e foi desenvolvendo-se a partir de cursos de formação oferecidos pelo movimento, ou em parceria com outras instituições, como universidades, institutos federais e órgãos ambientais, como afirma CHP3 do Polo 3:

Um período eu cheguei a usar veneno. Eu trabalhava de uma forma que não conhecia essa forma de trabalhar (agroecológica), só a forma química. Eu usava o químico de matar o mato. Mas na hora de matar a formiga e usava o tucupi, mas ali juntar a fórmula do tucupi com a do (veneno) de matar o mato “torrava o chão”, aí não pode tá misturando os dois. Aí em 2014 eu fiz o curso de agroecologia no IFPA Castanhal/MST por 4 meses. E aí que fui entender como era (Pesquisa de campo, 2017).

Outra forma de perpetuar essa orientação se dá pelo cotidiano no assentamento, com as conversas entre os vizinhos, e a troca de experiências em seus lotes, como ocorreu com COP2 que foi orientado primeiramente a não produzir com químicos, por um cunhado agrônomo, e que nunca fez parte do MST, mas possui amizades e convivência com seus membros, se mantendo nessa linha produtiva ecológica. No Polo 4, ECP4 afirma que apesar de nunca ter usado químicos, ela se voltou a agroecologia motivada também pelo Projeto PAIS⁷. ECP4 considera que, apesar de mais lento e dificultoso, o alimento produzido possui uma melhor qualidade, sendo mais saudável, e afirma que:

Na realidade a gente não conhecia essa proposta de produção agroecológica. A gente conseguiu um projeto [PAIS] e foi estudar mais afundo isso. Porque tu precisa conhecer pra saber que tu faz, porque é: dizer assim “Eu tenho meu lote agroecológico”. No meu lote a gente trabalha muito com a compostagem pra fazer fertilização do solo, e nós pouco utilizamos a queimada dos materiais orgânicos, a gente mais amontoa ou então puxa pros pés das árvores, justamente pra manter (Pesquisa de campo, 2017).

⁷ O projeto PAIS foi um projeto do BNDES em conjunto com a prefeitura de Santa Bárbara, o SEBRAE e Fundação Banco do Brasil, lhes proporcionando um recurso de 7 mil e 200 reais para produção das galinhas e hortaliças.

A alternativa ao uso de insumos químicos que prevaleceu entre os assentados dos quatro polos sem dúvida foi a adubação verde, realizada pelo corte e decomposição de materiais orgânicos, como a puerária (*Pueraria phaseoloides*), uma leguminosa com excelente potencial para fertilidade e recuperação do solo, introduzida na área deste assentamento ainda na época dos cultivos de dendê. Como MAPI do Polo 1 explica que:

A adubação que fica, principalmente no açaí, é a adubação verde, a gente roça e deixa no meio. Aí vai apodrecendo e vai recuperando, é o modo que eu trabalho. Porque eu não tenho como comprar esterco, que é o orgânico, né? Não tenho como fazer. Então o orgânico vai formando da matéria que a gente roça, do mato que a gente roça e vai ficando no meio do açazal, das outras plantas. A mandioca a gente capina, o mato fica no meio também. É dessa forma que a gente faz. [...] A puerária a gente roça e ela fica aí, destrói e aí ela cresce outro mato, novamente por cima, então nós vai roçar e aí vai ficando. E a gente sente que onde forma ela, vamos deixando ela e depois vai melhorando o plantio né? (Pesquisa de campo, 2017).

A preservação e fortalecimento do meio biofísico é também uma característica bastante observada nos lotes visitados. FIP3 do Polo 3 por exemplo, é privilegiado com um lote que possui um igarapé e duas nascentes. Ele preserva as matas ao redor destes para que sempre possa ter água para seu consumo e sua produção. Também possui três apiários para produção de mel e plantou urucum (*Bixa orellana*) próximo a eles para atrair as abelhas. FIP3 explica que esta é uma estratégia de fortalecimento da biodiversidade para que possa reduzir a incidência doenças e pragas no lote.

Para Santos et al., (2014) essa visão sobre a necessidade de preservar o meio ambiente, através da preservação de mananciais, recuperação de solos, e utilizar os recursos naturais disponíveis dentro da própria comunidade, está associada a opção pela produção na linha agroecológica. Os agricultores que adotam a agroecologia veem os seus agroecossistemas como uma relação direta da interação entre homem e natureza.

O PA abril Vermelho destaca-se por possuir uma grande produção de farinha, pupunha, cupuaçu, açaí e hortaliças, além de uma variedade de frutas. Destacam-se também a produção animal como aves, peixes e porcos. No lote de MIP2 do Polo 2, por exemplo, encontramos: pupunha, açaí, mangueira (*Mangifera indica*), abacateiro (*Persea americana*), lavoura branca (feijão da colônia, milho e mandioca) e cupuaçu. Possui também uma casa de farinha, e nunca mais precisou comprar este alimento. Além da farinha, também produz carvão para si e para venda, através da

coleta de lenha em pequenas quantidades retiradas das áreas de floresta secundária dentro do que é permitido por lei. Com as vendas de diferentes produtos do lote os assentados os assentados aqui entrevistados tiram seu sustento e pagam as contas daquilo que não produzem.

Essa produtividade se fez em meio a algumas adversidades como uma terra desgastada pela dendeicultura. CHP3 possuía 440 palmeiras de dendê vivas em seu lote, tendo derrubado todas no machado. A dificuldade de produzir em uma área com muitos dendês lhe faz considerar uma loucura um camponês querer plantar esta palmeira:

Nunca mais ele vai ter a terra dele normal que nem ela era. O grau de acidez é 89,9 de acidez na terra. E o resto que sobra é a formiga, é a cobra, é o fungo, o pulgão, que dá na planta, que acaba a planta. Se o pulgão pegar no açaí acaba com ele. Tem que cortar a que dá, antes de passar pros outros. E quem planta o dendê está cometendo um crime ambiental legitimado pelo Estado (Pesquisa de campo, 2017).

Para recuperar a fertilidade do seu solo, CHP3 precisou jogar 2 mil quilos de calcário por hectare, sendo que não é todo agricultor que dispõe desse recurso, e isso fez com que muitos abandonassem seus lotes⁸. Além do calcário, outro forte aliado foi a puerária, que, junto do calcário, ajudou a tornar sua terra produtiva em apenas 6 meses:

Plantei açaí e cupuaçu, mas plantava e morria e não sabia o porquê. Limpei todinha, rocei, queimei, lasquei o calcário em cima. Numa área 100 por 100. Aí deixei desenvolver. Aí veio uma capoeira limpa, um mato limpo, sem aquele impacto na terra. Onde fui ver a merda de minhoca, a minhoca trabalhando na terra, e aí vi a hora que chegou o momento de plantar. [...] Uma das matas que deixo crescer é a puerária, que é uma praga mais que ajuda o solo. O que levaria para recuperar o solo em 4 anos, ela faz em 6 meses. E por outro lado ela não deixa nenhuma árvore se desenvolver do lado dela. Ela amarra e derruba a planta (Pesquisa de campo, 2017).

Uma das consequências do plantio do dendê, apontada por CHP3 podemos observar com sua plantação de mandioca que vem apodrecendo, como podemos ver abaixo:

⁸ Podemos afirmar com base na experiência de campo que as orientações agroecológicas do MST junto aos resultados produtivos foram fundamentais para evitar a evasão dos assentados aqui analisados.

Figura 6 - CHP3 com a maniva virada (mandioca apodrecida).



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

No Polo 2, MBP2 teve dificuldades com sua plantação de bananas, a produtividade ficou abaixo do esperado. Ela também relata que tem perdido muitas palmeiras de açai e que é a lavoura branca quem tem garantido uma boa produtividade. Além da terra desgastada, também teve problemas com pragas remanescentes do plantio do dendê, como os besouros que afetaram sua plantação de coco (*Cocos nucifera*) e formigas.

Outra dificuldade relatada por MBP2 pôde ser vista nos lotes de MIP2, COP2 e FIP3. Trata-se da falta de mão de obra para auxiliar na produção e manutenção do lote. No lote de MIP2 o mesmo conta com a ajuda de sua esposa. COP2 conta com seu filho e esposa. No caso de FIP3, há sua esposa e dois filhos, porém, os filhos são muito novos para assumirem tarefas mais pesadas, e o casal está fazendo o curso do PRONERA na Universidade Federal do Pará, precisando passar muito tempo na capital. Geralmente essa dificuldade é contornada pelo pagamento de diárias a outros assentados com o objetivo de realizarem tarefas em seus lotes.

A falta de mão de obra também reflete a questão da limitação física dos assentados, que já estão sentindo o peso da idade, como afirma COP2:

Só que, eu já me sinto cansado né, Coronel? Um cara com 63 anos, eu já não to mais com toda essa “coca-cola” que nem quando eu cheguei aqui. Aí eu to vendo se me aposento. Não to conseguindo me aposentar. E com essa reforma da previdência agora que eu não vou conseguir mesmo, pelo que eu to vendo eles querem matar os velhos tudinho. Nós vamos voltar pra macaxeira pra sobreviver, porque as coisas só tão apertando, apertando, cada vez mais apertando, e eu sou sozinho pra trabalhar, e o negócio pesa pra caramba (Pesquisa de campo, 2017).

Isso tem acarretado até em abandono dos lotes por outros assentados, como MIP2 explica:

Com o passar do tempo o cara que trabalha na roça vai sentindo. Teu organismo, teu corpo. Já vai quebrando, a tua produção já não é como antigamente e isso chega a levar muitas vezes as pessoas a venderem seus terrenos. Vender não, eles passam (Pesquisa de campo, 2017).

As limitações físicas não se dão apenas pela questão da idade. Problemas físicos causados por doenças também são fatores limitantes, como é o caso do seu MAP1, que tem fortes dores na coluna, que o levaram a necessitar utilizar agrotóxicos em parte de sua área⁹, para garantir a manutenção de sua produtividade, como o mesmo relata:

Geralmente a maior parte é feita dessa forma. Mas, tem hora que a gente não consegue. Tem hora que a gente usa um pouco do agrotóxico porque, como eu tava te falando, na enxada eu não tenho mais condição, mas a gente usa pouco. Tem vez que a gente faz uma colheita de roça todinha sem usar e depois que planta o açaí vai só na roçadeira mesmo, ninguém usa mais veneno pra limpar, é só na roçadeira. É muito difícil a gente usar o veneno (Pesquisa de campo, 2017).

NEP1 também precisou utilizar insumos químicos pelo fato de ter tido prejuízos com sua plantação em 2012 em virtude de uma queimada no seu lote (causada acidentalmente por um vizinho), e em 2013 por causa do apodrecimento de sua

⁹Na maior parte de seu lote, seu Manoel faz a adubação verde, roçando a puerária e matos, deixando apodrecer para fertilizar o solo.

lavoura branca. No entanto, para NEP1 a utilização de agrotóxicos se deu a partir de urgências, no geral, ela afirma que aduba sua terra com esterco de galinha ou bovinos, que conseguem com vizinhos que os criam no assentamento. NEP1 evita usar agrotóxicos, pois tem a consciência de que isso é prejudicar a própria saúde:

Porque a gente trabalha sem tá com tóxico, porque se você coloca adubo químico numa planta, você sabe que no futuro você vai colher o que? Vai colher o fruto, mas vai colher uma doença, tudo junto. É mais fácil hoje em dia pra você adquirir um câncer. E usando o orgânico você tá diminuindo as possibilidades de adoecer mais rápido. [Plantar de forma agroecológica] É questão de saúde e de meio ambiente também. Se tu planta numa terra, e joga o veneno hoje, a tua produção não vai ser igual a orgânica de jeito nenhum, as pessoas dizem “ah plantar com químico é melhor porque rende mais”, pode render mais, mas a tua saúde também é afetada demais (Pesquisa de campo, 2017).

Figura 7 - NEP1 em área de puerária roçada para servir de adubação orgânica.



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Além dos diversos cursos realizados com algumas instituições de ensino e pesquisa como IFPA, UFPA (local em que se realizam feiras agroecológicas) e

UFRA, os assentados do PA Abril Vermelho estão recebendo atualmente um projeto para introdução de SAF's em alguns lotes, realizado pelo Ideflor-Bio. Este é um dos poucos apoios de órgãos de gestão pública recebidos por esses indivíduos.

No geral, não há apoio das gestões municipal e estadual para a produção ou escoamento do que se planta neste assentamento. Portanto, os resultados das produções, citados neste artigo foram resultado do esforço das famílias e das organizações das quais participam. O que permite uma análise sintética, no Quadro 3, dos avanços e limites da proposta agroecológica do MST no PA Abril Vermelho.

Quadro 3 – Avanços e limitações da proposta agroecológica do MST no PA Abril Vermelho.

Avanços	Limitações
Produção diversificada e consorciada nos lotes	Terra desgastada pelo monocultivo dendê
Posse e circulação de sementes	Falta de mão de obra nos lotes
Plantio sem uso de insumos químicos	Limitações físicas (por doenças ou idade)
Recuperação do solo via Puerária	Uso de adubação química por necessidade (física) ou urgência (prejuízos)
Alimentação e renda pela própria produção	Falta de apoio do poder público local e regional

Fonte: Pesquisa de campo (2017).

As experiências agroecológicas foram se consolidando dentro do MST até incorporarem a nova proposta de Reforma Agrária Popular. A partir da experiência vivida no SAPO podemos identificar que em nível local, essa proposta tem sido absorvida pela sua militância, através do seu Setor de Produção e aplicada pelos assentados com características próprias como pode ser observado no PA Abril Vermelho.

CONCLUSÕES

Concluimos que no PA Abril Vermelho, a proposta agroecológica do MST tem avançado proporcionando a estes assentados uma **produção** diversificada e orgânica, capaz de proteger e recuperar o meio biofísico **que** proporciona sua alimentação e renda, mas que ainda enfrenta as consequências do monocultivo de **dendê** como **o** desgaste das terras, **associado às** limitações físicas dos assentados, seja **pela** falta de mão de obra, idade ou doenças, além do pouco apoio **recebido** do poder público

local. As relações cotidianas também foram fundamentais para a promoção do modelo contra-hegemônico de produzir, isso ocorreu através da circulação das sementes por entre os assentados, fomentando a expansão de suas autonomias.

O MST, por intermédio da Regional Cabanos, ao absorver e compreender as próprias diretrizes da sua “Reforma Agrária Popular” e adaptá-las à realidade local, tem realizado um resgate da importância dos saberes tradicionais e valorizado pautas como a preservação do meio ambiente, a responsabilidade social com que se produz e a conscientização político-ideológica sobre a realidade para que não volte a reproduzir práticas produtivas convencionais.

A agroecologia tem sido fundamental para consolidar a Reforma Agrária Popular do MST neste assentamento, fortalecendo processos de resistências de agricultores frente as ações de grupos econômicos externos, que tentam se reinserir na produção aí realizada, seja pelo retorno do cultivo do dendê ou alguma outra espécie comercial em sistema de monocultivo, buscando aproveitar-se da falta de apoio do poder público e da condição financeira/estrutural dos assentados. Portanto, o PA Abril Vermelho é extremamente importante para a realidade campestre e o seu contexto de luta frente à ofensiva do capital no campo no Pará e na Amazônia, pois mesmo com limitações os agricultores conseguiram avançar e se consolidar com a produção orgânica, sustentável, crítica e consciente.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Federal do Pará e ao Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares – INEAF, sobretudo ao Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas pela oportunidade de realizar esta pesquisa durante o Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável – MAFDS, e a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA, do Governo Estadual do Pará, por financiá-la.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. M. M.; OLIVEIRA, A. G. R. C.. Agronegócio e Agrotóxicos: impactos à saúde dos trabalhadores agrícolas no nordeste brasileiro. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15 n. 1, p. 117-129, jan./abr. 2017.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **RESR**, Piracicaba-SP, v. 51, n. 4, p. 645-660, Out/Dez. 2013.

BOSETTI, C. J.. O camponês no olhar sociológico: de fadado ao desaparecimento à alternativa ao capitalismo. **Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 08-32. 2012.

CRUZ, B. L.; SILVA, L. M. S.; ASSIS, W. S.; PANTOJA, G. F.; SILVEIRA, G. S.; RODRIGUES, C. M. Construindo conhecimento agroecológico: experiência do Sistema Agroecológico de Produção Orgânica (SAPO), no Projeto de Assentamento PA João Batista II, no Município de Castanhal. Belém: UFPA/NCADR e Núcleo de Estudos Agroecológicos AJURI - 2016.

FACCO, V. A. B.. Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR). **Revista NERA**, Presidente Prudente Ano 18, nº. 29 p. 70-100, Jul-Dez. 2015.

FONTOURA, Y.; NAVES, F.. Movimento agroecológico no Brasil: a construção da resistência à luz da Abordagem Neogramsciana. **O&S**, Salvador, v. 23, n. 77, p. 329-347, Abr./Jun. 2016.

GOMES, R.. C.; SILVA, F. S.; SILVA, M. S. SOUSA, R. P. Sistemas Agroflorestais Amazônicos: um estudo sobre a condição dos sistemas de cultivo em um assentamento da Reforma Agrária no estado do Pará. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, Nov. 2013.

LIMA, I. G.; LOPES, V. S.. **Assentamento Abril Vermelho-Santa Bárbara/Pará: O caso do fechamento da Escola Paulo Freire**. 2015. 85p. Monografia (Curso de Graduação em Educação no Campo) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, Santa Barbara, 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. A proposta de Reforma Agrária Popular do MST. In: STÉDILE, J. P.; ESTEVAM, D. G. (org). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. 1ª ed. Expressão Popular, 2013. v.8, Capítulo 7, p. 149-165.

NASRALA NETO, E.; LACAZ, F. A.; PIGNATI, W. A.. Vigilância em saúde e agronegócio: os impactos dos agrotóxicos na saúde e no ambiente. Perigo à vista!. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 12, p. 4709-4718, dez. 2014.

PAULINO, J. S.; GOMES, R. A.. Sementes da Paixão: agroecologia e regaste da tradição. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 53, Nº 03, p. 517-528, Jul/Set 2015.

PIRES, F. V. O. ; FREITAS, G. P.; MARINHO, H. M. S.; FERREIRA, R. P.; BRÍGIDA, V. P. S. **Diagnóstico Agrossocioambiental do Assentamento Abril Vermelho Santa Bárbara, Pará**. Relatório de Pesquisa. Curso de Especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia – DAZ (Especialização). Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas – PPGAA. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural – NCADR/UFPA. Belém, 2015.

SANTOS, C. F.; SIQUEIRA, E. S.; ARAÚJO, I. T.; MAIA, Z. M. G.. A Agroecologia como perspectiva de Sustentabilidade na Agricultura Familiar. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v.17, n. 2, p. 33-52, abr.-jun. 2014.

SICARD, T. E. L. Agroecología: Desafíos de una ciencia ambiental en construcción. **Agroecología**, v. 4, p. 7-17, 2009.

SILVA, E. P.; MAGALHÃES, S. B.; FARIAS, A. L. A. Monocultivos de dendezeiros, capital transnacional e concentração de terras na Amazônia Paraense. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. Edição especial, p. 165-195, jun., 2016.

WANDERLEY, M. N. B.. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014.